



**UNIVERSIDADE PAULISTA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO – ICSC
CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ALANA LOURENÇO MOTA

JOSHUA GERONIMO

TOMAS DE ANGELO NETO

PERDA DO PODER DE COMPRA DOS CONSUMIDORES

PERÍODO 2016/2

TURMA 4º SEMESTRE

MATRIZ 2016/2

NOVEMBRO/2016

UNIVERSIDADE PAULISTA

ALANA, JOSHUA, TOMAS

PERDA DO PODER DE COMPRA DOS CONSUMIDORES

SÃO PAULO

2016

ALANA, JOSHUA, TOMAS

PERDA DO PODER DE COMPRA DOS CONSUMIDORES

Trabalho de pesquisa apresentado ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Paulista (UNIP) como requisito avaliativo da disciplina de Economia e
ética sob a orientação da Prof. Marcos Paulo Oliveira

SÃO PAULO

2016

ALANA, JOSHUA, TOMAS

PERDA DO PODER DE COMPRA DOS CONSUMIDORES

Trabalho de pesquisa apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Paulista (UNIP) como requisito avaliativo da disciplina Economia e ética sob a orientação da Prof. Marcos Paulo de Oliveira

Data: ____/____/____

Nota: _____.

Banca Examinadora:

Prof. Marcos Paulo de Oliveira

**SÃO PAULO
2016**

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT.....	6
INTRODUÇÃO	7
1.1 BREVE HISTÓRICO.....	7
1.2 ANÁLISE DO PERÍODO.....	8
2.1 ANÁLISE: PODER DE COMPRA DO CONSUMIDOR	9
2.2 SALÁRIO NOMINAL E REAL X CESTA BÁSICA.....	9
2.3 PROBLEMATIZAÇÕES.....	10
CONCLUSÃO	12
BIBLIOGRAFIA	13

RESUMO

O intuito do presente trabalho é apresentar de forma sucinta e clara como determinados fatores econômicos fizeram com que os consumidores perdessem seu poder de compra em um período de dez anos (2000 a 2010). É de conhecimento de todos que a sociedade brasileira sofre com o problema inflacionário desde as primeiras crises do café no final do século XVIII e início do século XIX.

Para entrarmos de forma mais detalhada no problema, faremos a comparação dos aumentos reais do salário mínimo no período em relação ao aumento da cesta básica de alimentos.

Junto a isso, analisaremos os impactos e as problematizações que o estado enfrenta ao tentar equilibrar a balança, ou seja, visando o bem-estar da sociedade em geral e da iniciativa privada com a maximização de lucros e do próprio estado com a tributação sobre os produtos comercializados.

Palavra-chave: Economia, Perda de compra, impostos, cesta básica de alimentos, bem-estar social.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present in a succinct and clear way how certain economic factors caused consumers to lose their buying power in a period of ten years (2000 to 2010). It is well known that Brazilian society suffers from the inflationary problem since the first crises of coffee in the late eighteenth and early nineteenth centuries.

To get a closer look at the problem, we will compare real wage increases in the period in relation to the increase in the basic food basket.

Alongside this, we will analyze the impacts and problematizations that the state faces when trying to balance the balance, that is, aiming at the welfare of the society in general and of the private initiative with the profit maximization and of the own state with the taxation on the marketed products.

Key Words: Economics, tax, Loss of purchasing power, Social well-being, Basic food basket.

INTRODUÇÃO

No período de 2000 a 2010 o município de São Paulo foi governado por quatro diferentes prefeitos, Celso Pita, apadrinhado de Paulo Maluf, Marta Suplicy, José Serra, que teve mandato de apenas de um ano e renunciou para concorrer ao governo da cidade. Dessa forma seu vice, Gilberto Kassab assumiu o cargo.

Nesses dez anos houve aumento na qualidade de vida da população em geral: O transporte público melhorou substancialmente, houve aumento no salário nominal, porém essas melhorias não acompanharam fatores como crescimento populacional e a inflação no período.

1.1 BREVE HISTÓRICO

No período de 2000 a 2010 o município de São Paulo foi governado por quatro diferentes prefeitos, Celso Pita, apadrinhado de Paulo Maluf, Marta Suplicy, José Serra que teve um mandato de apenas de um ano e renunciou para concorrer ao governo da cidade, portanto seu vice de chapa assumiu sendo esse Gilberto Kassab.

De 1997 a 2000 – Celso Pita.

O governo de Celso Pita, ou apenas, Pita, foi após o segundo mandato de Paulo Maluf onde houve uma série de projetos de infraestrutura como o Cingapura, avenida águas espaiadas, passagem tom Jobim entre outras. Pita foi apresentado como seu sucessor para dar continuidade a tais projetos como o fura-fila, Pita foi eleito porém seu governo foi marcado por uma série de escândalos de corrupção.

De 2001 a 2004- Marta Suplicy.

No mandato de Marta Suplicy Houve uma ampliação nos projetos para o transporte com o fim das peruas de transporte coletivo clandestinos e da “máfia do Transporte”, passando a operar no complemento das vias micro-ônibus da prefeitura. A áreas da educação não foi esquecida e com programas com o vai e vem (transporte escolar gratuito para crianças de baixa renda), e a criação de CEUS (Centro Educacionais Unificados) onde além de aulas aviam atividades para a comunidade local nestes centros. Também o programa de renda mínima que o governo dava uma transferência para famílias de renda baixa com filhos até quatorze anos.

Uma das medidas que foram mais diretas aos consumidores neste período foi a das taxas, como a taxa do lixo, taxa para custeio da iluminação pública, nesta época a arrecadação aumentou 24%.

De 2005 a 2006-José Serra.

José Serra vem com proposta de suprir as áreas em que o estado não foi tão participativo e que eram carentes com as a saúde e a segurança, em 2006 serra renuncia ao cargo para se candidatar como governador então seu vice Gilberto Kassab assume o comando da cidade.

De 2006 a 2012– Gilberto Kassab.

Por fazer parte da chapa de Serra em 2006 Kassab assume a prefeitura devido a renúncia do prefeito, Kassab toca as propostas de Serra nas áreas da saúde com as AMAS e UPS's, no transporte teve ampliação dos programas de mobilidade de Ônibus e integração com o metro pelo Bilhete único. No final de seu mandato seu governo estava com os índices de aprovação altos e com o que lhe garantiu um segundo mandato por isso seu governo esse estende até 2012

1.2 ANALISE DO PERÍODO

“O serviço do estado é suprir os bens de utilidade pública como os “quatro elementos Públicos” como saúde, transporte, educação e segurança”, como organização social esses são os principais objetivos do estado para suprir ela (a sociedade) e representa-la.

As obras dos governos falados acima, são de suporte a tais setores e, otimização dos mesmos, e como todo projeto (principalmente os públicos) ao exercer tais obras se tem uma serie de barreiras, sendo elas ou porque caíram no limbo chamado história, pois traz os problemas de antigas gestões que o mesmo causa uma revolta pessoal dos habitantes os levando a clamar por soluções imediatas, estigmas ou impasse em tais obras, (vide máfia dos transportes), portanto o desafio do estado como representante máximo deve ser avaliado tanto na construção de obras como em análise econômica.

Como sabemos, o estado com a construção de obras, projetos e etc. acabam demandando serviços, mão de obra produtos, o que acaba aquecendo a economia, gerando as partes de identidades sócios contábeis, como: investimento (a partir do estado) \equiv produção (a partir das empresas contratadas para tais projetos) \equiv Renda (que vai para as famílias como poder de compra ou investimento) que vira \equiv consumo e/ou \equiv poupança. Com isso ressaltado que as tais obras, como não parte do setor privado, mesmo este sendo a primeira organização social antes do estado, este não tem consciência de sua total participação no meio social e acaba tendo interesses egoístas, acarretam em uma intromissão do estado necessária para o bom funcionamento social. Ao demandar os serviços e bens o estado agita setores da economia, esses que por sua vez se valorizam e também geram o ciclo das identidades, como em um exemplo onde isso é fácil de notar é no próprio transporte, sendo, ou em estrutura para tal como a má qualidade das estradas ou a gasolina com o aumento dos preços acabam se alastrando para os demais serviços e produtos e setores que por fim atinge o consumidor. Pois como a sua renda é de cálculo atrasado (PIB do ano retrasado+ a inflação do ano anterior), ou seja, o índice

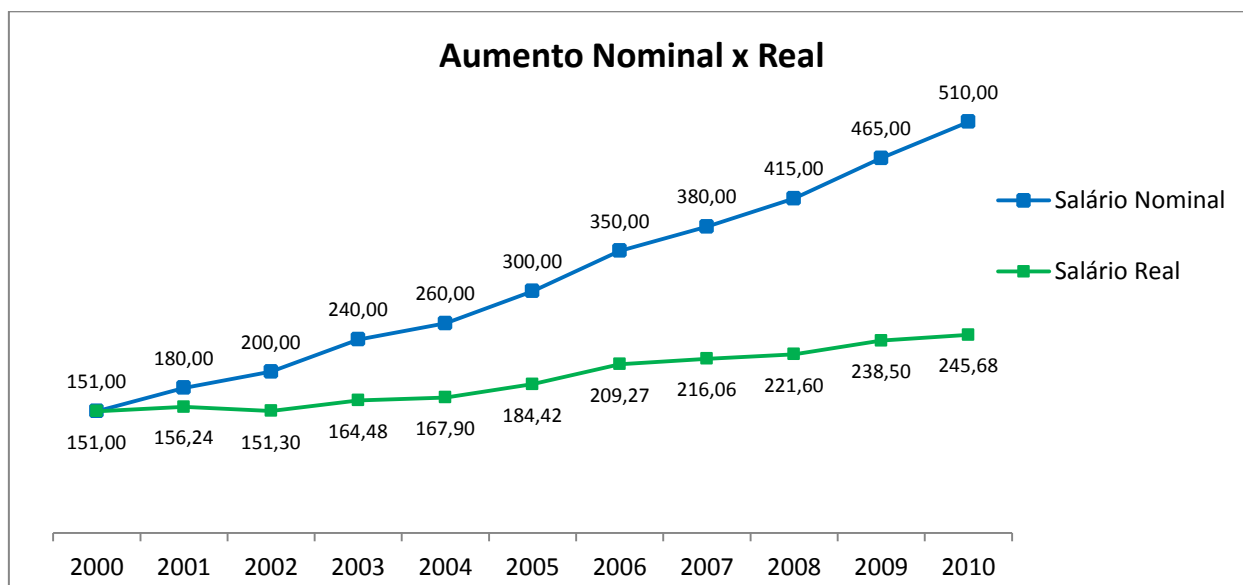
não acompanha esta movimentação da situação econômica atual, tendo sempre o seu poder de compra prejudicado.

gasolina com o aumento dos preços acabam se alastrando para os demais serviços, produtos e setores que por fim atingem o consumidor, pois como sua renda é de calculo atrasado, ou seja, o índice não acompanha esta movimentação da situação econômica sempre seu poder de compra é inferior.

2.1 ANÁLISE: PODER DE COMPRA DO CONSUMIDOR

Entre os anos 2000 e 2010 acontecem grandes transformações no padrão de vida dos brasileiros. Vimos o salário mínimo aumentar, o índice de desenvolvimento humano (IDH) crescer junto com o PIB per capto. Porém o objetivo dessa pesquisa é mostrar que no decorrer desses anos, mesmo com o aumento dos salários e melhoria da condição de vida em geral, as famílias brasileiras perderam poder de compra, ou seja, os preços subiram acima dos reajustes salariais do período.

O gráfico abaixo compara o aumento nos salários nominais e reais no período de 2000 a 2010 tendo como base o ano de 2000:

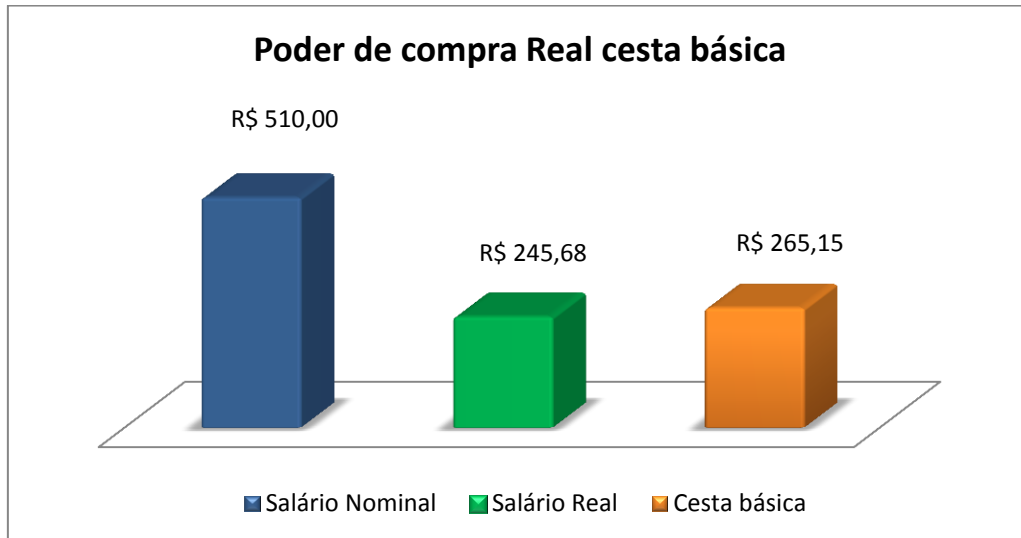


Fonte: DIEESE

3.1 SALÁRIO NOMINAL E REAL X CESTA BÁSICA

Em dezembro de 2000 o salário mínimo era R\$ 151,00 por mês, enquanto o valor da cesta básica de alimentos era R\$ 141,43, o que ocupava 94% de renda dos

paulistanos. Em 2010 o piso salarial subiu para \$ 510 e a cesta básica para R\$ 265,15, o que representava 52% da renda. A olho nu temos a impressão que o aumento salarial do período foi suficiente para suprir as despesas dos itens básicos necessários para subsistência das famílias, porém se levarmos em conta o aumento REAL dos salários no período (R\$ 245,68) veremos que a cesta básica ocupa 93% da renda:



2.3. PROBLEMATIZAÇÕES

Umas das causas para o valor elevado da cesta básica é a alta carga tributária que afeta diretamente a população de baixa renda. Um dos principais impostos é o ICMS (Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços) com uma alíquota de 7% para alimentos básicos, como arroz e feijão e uma variação de 18% a 25% para outras mercadorias.

Para reduzir os preços dos produtos que compõem a cesta básica e consequentemente aumentar o poder de compra dos consumidores, o governo municipal poderia reduzir a incidência de ICMS, PIS e COFINS. No curto e médio prazo isso resultaria em um aumento do nível de consumo, porém no longo prazo com o poder de compra da população elevado, poderíamos ter uma inflação de demanda, ou seja, haveria mais compradores do que vendedores. Junto a isso, diminuiria a arrecadação do governo, que procuraria outros meios para tributar.

Porém tanto a empresa como o consumidor vão buscar otimizar suas utilidades, da parte da empresa o lucro, aumentando os preços, já da parte do consumidor que

buscará dinamizar sua cesta em detrimento da maior disponibilidade da renda, como também parte desta renda pode virar investimento.

Dentro dessas novas possibilidades a empresa vendo a demanda excessiva irá aumentar o preço buscando o ponto de equilíbrio entre a oferta e demanda, pois com o aumento dos valores acabará limitando a demanda, pois pagaria determinada cesta quem pudesse.

Com isso o consumidor pode ser prejudicado voltando ao estado inicial, ainda tendo uma cesta acima de sua renda, entretanto o fator que encarece não vem de intervenção do estado (custo de produção), tal lucro pode ser repassado ao trabalhador aumentando assim o poder de compra.

As famílias com maior renda acabam por assim dinamizando sua cesta e demandando produtos substitutos aos que antes compravam, e de que forma isto pode ser bom para a cidade em sentido de produção?

Com a busca por diferentes produtos devido a ampliação de renda, o que antes era consumido devido à baixa renda, buscará parte do público que deixou de consumir determinados produtos, oferecendo melhor qualidade. Por exemplo: a margarina da marca X com sal, antes consumida a R\$2,00 perde parte de seu “market share”* para a manteiga da marca Y com menos sódio a R\$3,50; a estratégia da marca X é mudar a fórmula para conter menos sódio, mudar a linha de produção para mudar a embalagem, para assim agregar valor, e também as campanhas publicitárias lembrando o público da importância da marca nas mesas paulistas.

Com isso vimos vários setores em movimento: a marca X demandará pesquisa que envolve os setores de serviços em pesquisa, de engenharia alimentícia, demandará uma nova embalagem tanto no design pensando em como pode ser a nova embalagem quanto no material, demandando matéria prima e mão de obra para a nova linha de produção e as campanhas publicitárias demandando publicidade e propaganda sobre a nova margarina mais saudável e com nova embalagem, além de reforçar a história e imagem da marca.

Portanto concluímos que a melhora social é muita, pois pode trazer novas variáveis para o mercado, assim gerando mais empregos, o que pode gerar

empreendedorismo e nascimento de novas empresas da própria capital trazendo mais riqueza para a cidade.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho pudemos evidenciar a dificuldade que o estado enfrenta ao tentar fazer a gestão pública de forma eficaz, as consequências econômicas e sociais que as mais sutis mudanças trazem ao setor privado e aos cidadãos.

Tentando combater o processo inflacionário, via de regra o estado sempre agirá de forma racional reajustando os salários abaixo ou igual a inflação do período corrente, sem esquecer, é claro, de alguns momentos onde essa “tendência” foi deixada de lado, como no segundo governo de Getúlio Vargas, onde o mesmo concedeu reajustes acima da inflação, o que colaborou para espiral inflacionário que o Brasil viveu durante décadas.

Dessa forma, diminuindo os meios de pagamento, o estado mantém o nível de consumo estável e consegue controlar a alta nos preços. Assim pode-se entender o porquê da perda do poder de compra dos consumidores no período de 2000 a 2010

BIBLIOGRAFIA

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. *A Nova Contabilidade Social - Uma Introdução À Macroeconomia*. 4 ed, São Paulo: Saraiva, 2013

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 6 ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

Pesquisa salario mínimo. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>

Séries Histórica INPC. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>